



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS APRESENTADAS
NA TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2013

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às 9 horas, no Serviço Municipal de Água e Esgoto de Piracicaba, a Comissão Permanente de Abertura e Julgamento de Licitações; nomeada através do Ato n.º 944, de 21 de dezembro de 2012, do Senhor Presidente do SEMAE; composta por Alessandro Arino Ghiselli – n.º funcional 1680-1, Cintia C. L. Z. Evangelista – n.º 2010-6 e Pedro Alberto Caes – n.º funcional 2007-8, sob a presidência do primeiro, reuniu-se para sessão de abertura dos envelopes “Proposta Comercial” da **Tomada de Preços n.º 02/2013, Processo n.º 1731/2013**, referente à contratação de empresa de engenharia para **prestação de serviços técnicos especializados para a elaboração de estudos técnicos hidrológicos e ambientais para fins de preservação e aumento do potencial hídrico de bacias hidrográficas como alternativa futura de um novo sistema produtor de água bruta.**

Após análise das propostas, guiando-se pelos preceitos da Lei Federal n.º 8666/93 e suas alterações, bem como pelo Edital, a Comissão deliberou por proceder correções de operações aritméticas, conforme previsto no item 10.2. e 10.2.1. do Edital, no item 9.3 da Proposta da empresa *Tecnogeo – Informática S/S Ltda. - EPP*; bem como nos itens 9.1. e 9.2. da Proposta da empresa *VM Engenharia de Recursos Hídricos Ltda. - EPP*. Isso feito, a Comissão deliberou por CLASSIFICAR AS PROPOSTAS conforme tabela abaixo, considerando que os preços ofertados são compatíveis com o praticado no mercado:

Class.	Empresa	Valor (R\$)
1º	VM Engenharia de Recursos Hídricos Ltda. – EPP	125.424,79
2º	Tecnogeo – Informática S/S Ltda – EPP	126.238,84
3º	Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos e Meio Ambiente Ltda.	136.632,28

Quanto às observações que a licitante *Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos e Meio Ambiente Ltda.* fez constar na Ata da sessão pública anterior, tem a Comissão a dizer que:

1) Sabidamente, o valor mínimo legal a ser pago ao profissional elencado no item 5.1. da planilha de preços está vinculado ao número de horas trabalhadas por dia, conforme Lei n.º 4.950-A de 1966, e Resolução Federal n.º 397/95. Sucede que, no presente caso, o referido profissional poderá celebrar contrato com a Licitante vencedora especificamente para prestação do serviço em tela, sem vínculo empregatício



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS APRESENTADAS
NA TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2013

permanente, com condições; inclusive cara horária diária; a combinar entre as partes, de modo que não é possível à Comissão fazer disso motivo de desclassificação, uma vez que a comprovação formal do referido vínculo empregatício só será exigida quando da celebração do contrato, conforme disposto no edital.

2) No que tange ao ISS apontado pela empresa *VM Engenharia de Recursos Hídricos Ltda. - EPP*, a Lei Complementar Federal nº116, de 31 de julho de 2003 diz em seu artigo 3º:

Art. 3º O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local (...). (grifo nosso).

Consoantemente, a Lei Complementar Nº 224, de 13 de novembro de 2008, do Sistema Tributário do município de Piracicaba, determina em seu artigo 228:

Art. 228 O serviço considera-se prestado e o imposto devido, para a determinação da competência tributária do Município, no local do estabelecimento prestador do serviço, ou, na falta de estabelecimento, no local do domicílio do prestador. (grifo nosso).

Pelo exposto, sem delongas, temos que o percentual a ser considerado para cálculo do ISS do serviço em tela é o devido no local do estabelecimento do prestador do serviço, portanto, a cidade de São Carlos/SP.

Debruçando-nos a Lei nº 11.438 de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Imposto de Serviço de Qualquer Natureza, a ser recolhido no município de São Carlos – local do estabelecimento do licitante altercado – encontramos o objeto do certame em tela:

Art. 7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

Encerrando o pleito sucintamente, o Anexo I da Lei supramencionada; com redação dada pela Lei nº 13.263/03 do município de São Carlos; estabelece a alíquota de 2% para o serviço reproduzido no excerto acima, conforme aplicado no cálculo do BDI contestado.

3) Quanto à falta de conteúdo da célula “Descrição” dos itens 1.2 e 1.3 da planilha da empresa *TecnoGeo Informática S/S Ltda. – EPP*, trata-se de erro meramente formal, ocorrido por falha humana ou tecnológica na elaboração da planilha, que em nada



SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SEMAE
Autarquia Municipal - Lei Municipal n.º 1.657 de 30 de abril de 1969

COMISSÃO PERMANENTE DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

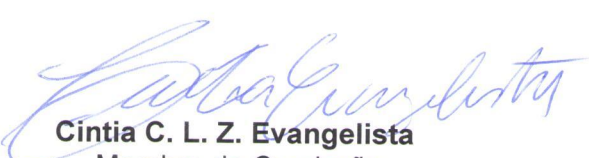
ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS APRESENTADAS
NA TOMADA DE PREÇOS N.º 02/2013

compromete seu teor, uma vez que a numeração dos itens foi preservada e, por conseguinte, considerada pela Comissão para análise da Proposta.

Sem mais, a decisão ficará disponibilizada na Internet, através do site do SEMAE, (www.semaepiracicaba.sp.gov.br), e seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, cuja respectiva data será tomada como base para recurso administrativo. Encerram-se assim os trabalhos, com a lavratura da presente ata que vai assinada por todos os presentes.



Alessandro Arino Ghiselli
Presidente da Comissão



Cintia C. L. Z. Evangelista
Membro da Comissão



Pedro Alberto Caes
Membro da Comissão